

APROVEITAMENTO DAS OPORTUNIDADES, DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO

Pontos relevantes da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau para o ano 2019

O ano 2018 foi um ano crucial para o prosseguimento do «Décimo Terceiro Plano Quinquenal» nacional. Macau caminha, junto com a Pátria, rumo a uma nova era e depara-se com oportunidades de desenvolvimento sem precedentes. Com o apoio da Pátria e firmemente alicerçado nesta terra, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, solidário com a população, perspectivado para o futuro e aproveitando ao máximo as oportunidades oferecidas, irá prosseguir empenhadamente os grandiosos princípios «um país, dois sistemas» e «Macau governado pelas suas gentes», com alto grau de autonomia.

Em 2019, celebrámos o vigésimo aniversário do regresso de Macau à Pátria e houve lugar à mudança de Governo da RAEM. Foram feitos os possíveis para criar uma boa atmosfera social no sentido de assegurarmos a conclusão, com sucesso, dos trabalhos relacionados com a mudança de Governo. Empenhámos na materialização dos objectivos definidos no âmbito da acção governativa, designadamente na «persistência na manutenção de um desenvolvimento geral estável, tendo dado prioridade à realização dos projectos relacionados com a vida dos cidadãos e ênfase a um desenvolvimento socioeconómico equilibrado».

1. Concentração na melhoria da qualidade de vida da população

O Governo persiste na consolidação dos mecanismos relativos ao sistema de segurança social, mediante múltiplos apoios e medidas de protecção a vários níveis, bem como através de políticas de curto, médio e longo prazo.

O «Regime de previdência central não obrigatório» foi já implementado, o que marca um avanço substancial e importante na constituição do regime da segurança social de dois níveis.

O valor do índice mínimo de subsistência foi aumentado para 4230 patacas, de acordo com o mecanismo de avaliação. Foi mantida a atribuição às famílias beneficiárias do subsídio do apoio financeiro uma prestação adicional única, de valor correspondente ao montante total do subsídio. O Governo continuou a atribuir apoios especiais aos três tipos de famílias em situação vulnerável. Através do «Programa de inclusão e harmonia na comunidade» foi atribuído um subsídio especial, dado continuidade ao Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo e reforçadas as medidas de apoio provisório e urgente, as famílias arrendatárias de habitações sociais continuaram a beneficiar da isenção de renda e foi mantida a atribuição de abono de residência aos agregados familiares em lista de espera de habitação social que preenchem os requisitos

necessários. Continuámos a dar particular atenção aos indivíduos portadores de deficiência. Os montantes anuais do subsídio de invalidez normal e do subsídio de invalidez especial foram aumentados para 9000 e 18.000 patacas, respectivamente. Os indivíduos portadores de deficiência, que preencham os requisitos necessários e que sejam trabalhadores por conta de outrem, continuaram a beneficiar de um subsídio mensal complementar aos rendimentos de trabalho, de valor até 5000 patacas, e os respectivos empregadores beneficiaram de uma dedução à colecta do imposto complementar de rendimentos ou do imposto profissional, no valor de 5000 patacas por cada um desses trabalhadores. O valor da Pensão para Idosos foi aumentado para 3630 patacas, mantendo-se o valor do Subsídio para Idosos em 9000 patacas.

Foi dada continuidade à concessão do subsídio para pagamento de propinas aos estudantes provenientes de famílias com dificuldades económicas, por ano lectivo, mantendo-se os valores de 4000 patacas para estudantes dos ensinos infantil e primário, de 6000 patacas para estudantes do ensino secundário geral e de 9000 patacas para estudantes do ensino secundário complementar. Foi, também, atribuído o subsídio para aquisição de material escolar, cujos montantes aumentaram para 2500 patacas para estudantes dos ensinos infantil e primário e para 3250 patacas para estudantes do ensino secundário. Continuou-se a atribuir a cada estudante um subsídio de alimentação, no montante de 3800 patacas.

Foram aperfeiçoados o Projecto de Serviço sobre a Vida Positiva e o Plano de Apoio Comunitário ao Emprego, destinados a reforçar o nível de independência dos indivíduos em situação vulnerável. Os trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, com baixos rendimentos e que reúnam os requisitos necessários, continuaram a beneficiar da concessão da subvenção de rendimentos, até ao montante mensal de 5000 patacas.

De acordo com a lei que regula as «Contas Individuais de Previdência», cada residente permanente de Macau qualificado tem direito a uma verba de activação de 10.000 patacas, injectada pelo Governo na sua conta individual, e continuámos a injectar na conta individual de cada residente uma verba adicional de 7000 patacas, proveniente do saldo orçamental. Foi mantido o Plano de Participação Pecuniária, e atribuímos o montante de 10.000 patacas a cada residente permanente e o montante de 6000 patacas a cada residente não permanente.

Foi mantida a atribuição do subsídio para aquisição de manuais escolares, aumentando-se os respectivos valores: 2300 patacas para estudantes do ensino infantil, 2900 patacas para estudantes do ensino primário e 3400 patacas para estudantes do ensino secundário. Foi dada continuidade à concessão do subsídio de propinas aos estudantes de Macau que frequentem o ensino não superior na província de Guangdong, com os seguintes valores: até 6000 patacas para frequência do ensino secundário ou primário, e até 8000 para frequência do ensino infantil.

Continuámos a conceder o subsídio para aquisição de material escolar aos estudantes de Macau que se encontrem a frequentar cursos de ensino superior e de pós-graduação, num montante até 3300 patacas. A terceira fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, que terminou em 2019, visa incentivar a aprendizagem contínua através da concessão de um subsídio no montante de 6000 patacas a cada residente de Macau que complete 15 anos de idade.

Foi mantido o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde e continuámos a atribuir o valor de 600 patacas a cada residente permanente de Macau. Demos, ainda, continuidade à atribuição da subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais, no montante de 200 patacas por mês por cada unidade habitacional. Mantivemos a subvenção ao pagamento das tarifas de água aos consumidores. Continuámos a atribuir benefícios de tarifas de autocarro, destinados aos idosos, estudantes, cidadãos portadores de deficiência e demais população.

Foram implementadas medidas de promoção de nascimentos saudáveis e de aumento da taxa de natalidade, tendo aumentado o montante do subsídio de nascimento para 5260 patacas, atribuído pelo Fundo de Segurança Social, ao qual se podem candidatar ambos os progenitores. Continuámos a apoiar o grupo social de rendimentos médios, mantendo a redução de 30 por cento no imposto profissional, com o limite de isenção em 144.000 patacas. Efectuámos a devolução de 60 por cento do imposto profissional pago, referente a 2018, sendo 14.000 patacas o limite máximo de devolução. As referidas devoluções de imposto terão lugar em 2020.

Continuaram a ser adoptadas medidas de redução e isenção fiscal favoráveis aos residentes: a manutenção do valor da matéria colectável a beneficiar de isenção de imposto complementar de rendimentos em 600.000 patacas; a isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa de inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto do selo sobre as apólices de seguro, incluindo o seguro de vida, e do imposto do selo sobre as operações bancárias; a isenção da taxa de licenciamento para afixação de material de propaganda das unidades comerciais; a isenção do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; a redução da contribuição predial urbana até 3500 patacas, para residentes de Macau; a isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições e diversões e a isenção do imposto do selo sobre leilões. Para os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a adquirir o primeiro imóvel para habitação, os primeiros três milhões de patacas do valor do imóvel estarão isentos do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel. Os rendimentos obtidos ou gerados pelas empresas locais em países de língua oficial portuguesa estarão isentos do pagamento do imposto complementar de rendimentos.

Foram lançadas quatro novas medidas de benefícios fiscais: 1- No sentido de incentivar as empresas de Macau a desenvolverem projectos inovadores de investigação e desenvolvimento, em articulação com a implementação do plano de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, a matéria colectável sujeita ao imposto complementar de rendimentos destas empresas beneficiaram de uma dedução de 300 por cento para os primeiros três milhões de patacas do valor total das «despesas de investigação e desenvolvimento qualificadas», e de 200 por cento para o montante remanescente, sendo o valor máximo de dedução de 15 milhões de patacas; 2- Incentivámos o aumento da oferta no mercado de arrendamento de imóveis, através de uma redução para 8 por cento da taxa da contribuição predial urbana dos prédios arrendados, mantendo-se essa taxa em 6 por cento para prédios não arrendados; 3- Incentivámos o emprego de idosos com idade superior a 65 anos e de portadores de deficiência que reúnem determinadas

condições, aumentando o valor dos rendimentos anuais isentos do imposto profissional destes trabalhadores para 198.000 patacas; 4- Continuámos a promover o desenvolvimento de actividades financeiras com características próprias e procederemos à isenção do imposto complementar de rendimentos sobre o rendimento proveniente do investimento em obrigações de autoridades do Interior da China e de empresas estatais comercializadas em Macau, bem como a isenção do imposto do selo sobre a emissão e aquisição dessas obrigações.

O Governo da RAEM continua a efectuar uma gestão rigorosa e um aproveitamento razoável dos recursos de solos, em conformidade com a Lei Básica de Macau e nos termos da «Lei de Terras». Até Setembro de 2018, foram proferidos 73 despachos de declaração de caducidade de concessões de terrenos, que envolvem uma área total de 530.000 m². Iremos considerar prioritária a construção de habitações e instalações públicas nos terrenos em relação aos quais seja confirmada a sua reversão definitiva.

Concluir a elaboração da proposta preliminar do planeamento urbano geral e ouvir as opiniões da sociedade; iremos implementar o «Plano de aproveitamento e desenvolvimento das zonas marítimas da Região Administrativa Especial de Macau a médio e longo prazo (2016-2036)», concretizar ordenadamente os objectivos de curto prazo relativos ao ordenamento da orla costeira e ao aproveitamento da área marítima costeira, bem como pretendemos resolver os principais problemas directamente relacionados com o bem-estar da população e o desenvolvimento da cidade e promover a utilização, o desenvolvimento e a protecção racional dos recursos marítimos.

Acelerámos a construção das zonas dos Novos Aterros, nomeadamente a concepção e as obras de construção da Zona A e da Zona E1, a concepção da Zona Administrativa e Judiciária da Zona B e as obras de aterro da Zona C e da Zona D. Empenhar-nos-emos na promoção da renovação urbana. Iremos concluir, com toda a brevidade, as consultas relativas às percentagens dos direitos de propriedade para efeitos de reconstrução predial. Iremos também concluir, o mais breve possível, o processo legislativo do «Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana» e elaborar o regulamento administrativo sobre a «Constituição da Macau Renovação Urbana, S.A.» e o «Estatuto da Macau Renovação Urbana, S.A.».

Proseguiremos com a política de habitação pública assente no princípio de que a habitação social é prioritária e a habitação económica secundária. Iremos reforçar a supervisão da qualidade da construção das habitações públicas e melhorar a sua administração. Acelerámos a construção da 2.ª fase da habitação social de Mong-Há e da habitação social da Tamagnini Barbosa; foi publicada a lista definitiva de espera do concurso para atribuição de habitação social; a proposta de revisão do «Regime jurídico da habitação social» foi entregue à Assembleia Legislativa, para apreciação; a proposta de revisão da «Lei da habitação económica» está em processo legislativo, e foi aberto um concurso para aquisição de cerca de 4000 fracções de habitação económica.

Foi promovido, com todo o empenho, o projecto de construção de habitação pública «pós 19 mil». Será construído um total de 28 mil fracções habitacionais na Zona A dos novos Aterros em quatro fases, estando prevista para a 1.ª fase a construção de cerca de 7000 fracções

habitacionais em sete terrenos; prevê-se que a habitação pública na Avenida Wai Long possa contemplar cerca de 6500 fracções habitacionais, e os trabalhos de concepção da 1.ª fase tiveram início; foi prevista a construção de cerca de 2000 fracções habitacionais no terreno situado a oeste do Cotai, na Avenida dos Jogos Olímpicos da Ásia Oriental, tendo sido já iniciados os trabalhos preparatórios de gestão e planeamento do terreno; foi também prevista a construção de cerca de 1500 fracções habitacionais no terreno da antiga Central Térmica, tendo sido já iniciadas as obras das fundações, por estacas. Pretendemos promover um desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

No âmbito do ensino não superior, aperfeiçoámos os respectivos diplomas legais, optimizando o regime da escolaridade gratuita de 15 anos; aumentámos o nível de qualificação dos docentes; reforçámos a promoção da generalização das ciências, criando um ambiente de escola inteligente; reforçámos a educação sobre o amor à Pátria e amor a Macau; empenhámos no alargamento da área de cobertura da geminação de escolas na Grande Baía, intensificando o intercâmbio e a interactividade.

No âmbito do ensino superior, já entrou em vigor o novo «Regime do ensino superior» e foram criados o Fundo do Ensino Superior e o Conselho do Ensino Superior. Envidámos esforços na formação de quadros qualificados na área tecnológica, incrementando a inovação tecnológica; reforçámos a realização de projectos de investigação fundamental e de investigação aplicada e reforçaremos a integração entre a indústria, a academia e a investigação. Prosseguimos com a criação de uma base de ensino e formação em turismo e impulsionámos a cooperação nos diferentes domínios na zona da Grande Baía; vamos integrar os recursos e as infra-estruturas do ensino bilingue de chinês e português das instituições de ensino superior e desenvolver uma «base de formação de quadros bilingues de chinês e português». Prestámos assistência às instituições de ensino superior de Macau para exercerem actividades na Grande Baía, no sentido de atingir a complementaridade das vantagens e a cooperação no desenvolvimento.

No âmbito da formação de quadros qualificados, optimizar o mecanismo de formação de quadros qualificados a longo prazo e consolidar o mecanismo de transparência e supervisão da importação de quadros qualificados. A par disso, iremos promover a troca de informações sobre os quadros qualificados da Grande Baía, adoptar medidas que facilitem a mobilidade transfronteiriça e a integração regional de quadros qualificados, e estudar mecanismos de importação de quadros qualificados e de quadros altamente especializados, no sentido de alargar horizontes dos quadros qualificados locais. A Comissão de Desenvolvimento de Talentos efectuará três estudos sobre a procura de recursos humanos e quadros qualificados, tais como o estudo sobre a procura e oferta de motoristas profissionais, o estudo sobre a tendência do envelhecimento da população de Macau e o estudo sobre as tendências da circulação e da competitividade dos recursos humanos, que servirão de referência para a definição de medidas políticas.

O Governo está empenhado na transmissão do valor fundamental do amor pela Pátria e por Macau e no reforço do sentimento de pertença nacional, criando um ambiente favorável ao crescimento dos jovens. A primeira fase do «Programa Mil Talentos» contou com a participação de mais de três mil pessoas e obteve resultados excelentes e foi já lançada a segunda fase

do «Programa Mil Talentos», no sentido de formar um maior número de quadros qualificados jovens e enriquecer a respectiva base de dados. Iremos coordenar o «Programa de cooperação e desenvolvimento dos jovens da Grande Baía» e lançar o «Programa de estágios para os jovens de Macau na Grande Baía». Os serviços de apoio aos jovens empreendedores de Macau irão abranger um maior número de cidades da Grande Baía, de modo a articular a plataforma de inovação e empreendedorismo de Macau com outras plataformas da Grande Baía. Valorizar-se-ão as funções do «Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa», de modo a consolidar a construção de «Uma Plataforma».

O Governo tem vindo a otimizar a rede dos cuidados de saúde primários e a reforçar a cooperação e a complementaridade com as instituições de saúde privadas e sem fins lucrativos. Foram intensificadas as acções de sensibilização e controlo do tabagismo, sensibilizando os residentes para as questões da saúde.

O Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas envolve sete projectos de obras, estando concluída a construção das fundações por estacas de seis delas; três obras principais vão ter início em breve; o Instituto de Enfermagem, em construção, vai estar concluído. Foram aceleradas as obras de construção do Edifício de Especialidade de Saúde Pública; o Hospital de Reabilitação de Ká-Hó entrou em funcionamento, disponibilizando 160 camas para reabilitação e cuidados paliativos; na Zona A dos Novos Aterros está planeada a construção de dois centros de saúde, que contribuirão para o melhoramento da rede de serviços médicos. A Academia de Ciências Médicas de Macau será responsável pelo ensino e pela formação de médicos especialistas dos hospitais públicos e privados. O «Regime legal da qualificação e inscrição para o exercício da actividade dos profissionais de saúde» foi aprovado na generalidade pela Assembleia Legislativa.

O Governo incentiva os empregadores a proporcionarem aos seus trabalhadores uma organização de trabalho flexível e diversificada, no sentido de os apoiar a nível profissional e familiar. Temos vindo a empenhar na promoção do aleitamento materno, no aperfeiçoamento e na criação de espaços recreativos para crianças e incrementar a protecção dos direitos e interesses das mulheres e das crianças, concretizando as «metas de desenvolvimento das mulheres». Continuámos a aperfeiçoar o regime de admissão prioritária das crianças provenientes de famílias em situação vulnerável e a atribuir maior atenção às crianças com necessidades especiais e a suas famílias. Continuámos a implementar o «Regime jurídico de garantias dos direitos e interesses dos idosos», a promover ordenadamente o «Plano Decenal de Acção dos Serviços de Apoio a Idoso» e a implementar o plano para idosos junto das empresas sociais. Continuámos a aperfeiçoar os serviços prestados nos lares para idosos, estando previsto um aumento até 2400 vagas em lares para idosos.

A proposta de lei sobre o «Regime de acreditação profissional para assistente social» está a ser apreciada na especialidade pela Assembleia Legislativa, e visa estabelecer regras e condições para o desenvolvimento profissional e formação de quadros qualificados na área da acção social.

Aperfeiçoámos a rede do desporto para todos e optimizámos as instalações desportivas. Uma área de 26.500 m² da zona central do terreno do antigo canídromo destinar-se-á a instalações desportivas, mantendo e aperfeiçoando o campo de futebol e de atletismo existente

e construindo um novo complexo desportivo. Intensificámos o intercâmbio regional no âmbito do desporto, contribuindo para a formação de talentos na área do desporto e a ampliação da respectiva base de dados.

2. Aprofundamento das construções urbanas

Cabe ao Governo salvaguardar a vida, os bens e a segurança dos residentes. Desde a criação do mecanismo eficiente de longo prazo para a prevenção e redução de desastres, implementámos 18 medidas de curto prazo e 12 medidas de médio e longo prazo, a eficácia das medidas foi comprovada por ocasião da passagem do super tufão «Mangkhut».

Impulsionámos o processo legislativo da «Lei-Quadro da Protecção Civil», a fim de aperfeiçoar o sistema dos planos de contingência. Foi lançado e implementado o «Plano de médio e longo prazo de prevenção e redução de desastres em Macau (2019-2028)». Promovemos a criação de um regime de seguros de grandes catástrofes. Continuámos a aperfeiçoar as instalações de prevenção e redução de desastres e intensificar a formação profissional do pessoal. Aproveitámos as tecnologias de ponta para melhorar de forma plena a eficácia da difusão de informações de protecção civil e reforçámos a capacidade de monitorização, previsão e alerta de incidentes graves.

Continuámos a assegurar o abastecimento de electricidade e de água. Foi construída a terceira interligação de transmissão eléctrica Guangdong-Macau e aperfeiçoámos as instalações de abastecimento de electricidade para as zonas baixas; foi construída a quarta conduta de abastecimento de água a Macau e acelerada a construção da Estação de Tratamento de Água de Seac Pai Van e das obras de ampliação da Barragem de Ká-Hó. Mediante um modelo de administração integrada melhorámos a capacidade de prevenção de cheias e de drenagem, continuámos a promover a construção da comporta do Porto Interior, o aceleração da construção de um murete nas zonas baixas e o aceleração da construção da drenagem de águas pluviais e da estação elevatória de águas pluviais no Porto Interior. Parte das obras de drenagem de águas pluviais na zona norte ficou concluída antes do início da estação das chuvas; iremos impulsionar o planeamento da prevenção de cheias e de drenagem da zona oeste de Coloane; continuámos a reforçar a dragagem do lodo existente no leito do rio e fluir a drenagem.

Continuámos a aperfeiçoar o sistema de evacuação da cidade e o sistema de armazenamento e reserva de bens de primeira necessidade; vamos planear e aperfeiçoar a distribuição e formação de equipas de voluntários comunitários; vamos criar um sistema de cursos de resposta em casos de emergência. O ensino da segurança pública passará a integrar, como disciplina obrigatória, o ensino não superior de todas as instituições de ensino. O nível da capacidade de resposta em casos de emergência em grandes incidentes de saúde pública foi elevado. Com o intuito de melhorar gradualmente o conhecimento dos residentes em matéria de prevenção e redução de desastres, valorizamos a segurança, a supervisão e o controlo dos alimentos e reforçamos a sensibilização e a execução do tratamento correcto de alimentos e do lixo após a ocorrência de catástrofes.

Continuámos a aperfeiçoar o policiamento comunitário, elevando a qualidade dos corpos

militarizados e aumentando a sua eficiência e capacidade de execução da lei. Foi promovida a interacção entre as autoridades da zona da Grande Baía nos trabalhos de prevenção e resposta a incidentes graves, reforçando o intercâmbio e a análise de informações sobre os crimes transfronteiriços, com vista ao combate e à prevenção dos diversos tipos de criminalidade.

Foi promovido o desenvolvimento da inovação na área tecnológica. Foram criadas a «Comissão de Trabalho para a Construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau» e, sob sua dependência, o «Grupo de trabalho para a inovação na área tecnológica e cidade inteligente», e estabelecido o «Regime de benefícios fiscais de incentivo ao estudo científico e inovação na área da tecnologia». Reforçámos o financiamento dos laboratórios de referência do Estado existentes, atribuímos aos dois novos laboratórios de referência do Estado o respectivo capital inicial, numa prestação única e prestámos apoio financeiro aos jovens peritos e académicos. Foram realizados vários estudos, nomeadamente sobre o mecanismo de apoio financeiro à inovação na área tecnológica e o respectivo método de financiamento; foi reforçado o apoio a áreas prioritárias, designadamente da medicina tradicional chinesa, chips, internet das coisas, inteligência artificial, ciência do espaço e exploração espacial; foi aperfeiçoado o mecanismo de importação de quadros qualificados na área de estudos científicos avançados.

Participámos com todo o empenho na construção e utilização de grandes infra-estruturas tecnológicas e participaremos na construção de uma plataforma regional de inovação. Continuámos a aperfeiçoar as medidas de apoio à inovação na área da tecnologia e das artes, incentivando os empreendedores a investir na inovação. Continuámos a promover a participação de toda a população na construção de uma cidade inteligente. As obras de remodelação do centro para computação em nuvem (Cloud), exclusivo do Governo, estão concluídas, tendo entrado já em funcionamento.

Promovemos o desenvolvimento do Governo inteligente, construindo uma plataforma de serviços para a publicitação de dados, melhorando a partilha de dados e a inovação de aplicações. O número de itens de serviços interdepartamentais eletronicados foi aumentado para 90. Promovemos a eletronicização do processo de requerimento e dos serviços administrativos relativos aos licenciamentos, concretizando a eletronicização dos serviços de renovação das licenças de restauração. Acelerámos o processo de policiamento inteligente, concluindo a construção da Plataforma de Comando para Resposta a Emergências, no sentido de fortalecer a supervisão, o alerta, a cooperação e a coordenação na resposta a emergências. Com vista a promover o trânsito inteligente, aperfeiçoámos a gestão do trânsito, a distribuição de autocarros e a coordenação de obras nas vias rodoviárias. A par disso, e através da análise de megadados, proporcionámos dados científicos que contribuíram para a elaboração de medidas políticas na área da medicina, do aperfeiçoamento dos serviços médicos e da tomada de decisões na área do turismo. Desenvolvemos os trabalhos iniciais do estabelecimento da rede 5G e incentivámos as operadoras de telecomunicações a aperfeiçoarem as suas instalações e infra-estruturas. Promovemos o processo legislativo do «Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações», no sentido de concretizar os serviços Triple Play.

O Governo atribui a maior importância às expectativas prementes dos residentes em relação à melhoria do trânsito, pelo que continuámos a aperfeiçoar e a reorganizar a rede de

autocarros; o terminal de autocarros das Portas do Cerco entrou já em funcionamento. Entraram gradualmente em serviço 100 táxis normais e 200 táxis especiais, e foi ainda aberto um concurso público para 150 táxis normais, estando previsto um aumento do número de táxis em circulação para 2050 veículos. O «Regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer» está a ser apreciado na especialidade pela Assembleia Legislativa.

Foram criadas vias pedonais agradáveis e convenientes. Acelerámos a construção de passagens aéreas e aperfeiçoámos ordenadamente as condições de utilização das antigas passagens aéreas, concretizando um acesso sem barreiras. Foram criados mais espaços verdes e de lazer, demos início à recuperação do meio ambiente das colinas e continuamos a aperfeiçoar e a prolongar as vias pedonais e as ciclovias.

A linha da Taipa vai entrar em funcionamento em breve; estão em curso as obras de construção da Estação da Barra, que articulará as linhas da Taipa e da península de Macau e do Centro Intermodal da Barra; a obra de ligação da linha da Taipa com a linha de Seac Pai Van já foi iniciada; foram iniciados os estudos sobre a viabilidade da ligação entre o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, a Zona A dos Novos Aterros e as Portas do Cerco, através da Linha Leste, e sobre a proposta de ligação entre a Zona A dos Novos Aterros, a ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e o Terminal Marítimo do Porto Exterior. A proposta de «Lei do sistema de transporte de metro ligeiro» foi entregue à Assembleia Legislativa para efeitos de apreciação. Foi criada uma empresa, responsável pelos trabalhos de desenvolvimento e operação do sistema de metro ligeiro.

Iniciaremos, com a maior brevidade, a construção da quarta ligação Macau-Taipa, e procederemos a um estudo específico e a uma concepção preliminar de uma quinta ligação. Com o intuito de aproveitar a área marítima, iremos estudar novas rotas marítimas. Demos acompanhamento aos trabalhos de abertura gradual do mercado local a companhias aéreas que aqui pretendam estabelecer a sua base operacional e promovemos as obras de ampliação e remodelação do Aeroporto Internacional de Macau. Aproveitámos a abertura da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau para melhorar a circulação de pessoas e de mercadorias na Grande Baía.

Continuámos a reforçar a educação ecológica, no sentido de fortalecer junto dos residentes a sensibilização para a protecção ambiental. Incentivámos a redução da utilização do plástico, promovemos um estudo sobre a importação de máquinas para a recolha de garrafas de plástico e concluímos o processo legislativo da «Limitação do uso de sacos de plástico». Foi implementado o «Plano Geral de Instalações de Tratamento de Águas Residuais de Macau», melhoradas as instalações, o funcionamento e a manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da península de Macau e concluída a concepção da modernização da ETAR de Coloane. Continuámos a promover a utilização de veículos eléctricos e concretizaremos o objectivo da instalação de 200 pontos de carregamento em toda cidade.

Uma área de 15.000 m² do aterro para resíduos de materiais de construção será objecto de concurso destinado ao sector de reciclagem local, com um prazo de concessão inicial de 13 anos, para servir de espaço de tratamento prévio dos três materiais de reciclagem, isto é papel, plástico e metal; para além disso, uma área de 30.000 m² será utilizada para a construção

das instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares. A par disso, lançaremos o «Projecto-Piloto de Recolha de Resíduos Alimentares».

Implementar-se-á o «Acordo de Cooperação em Matéria de Controlo e Prevenção da Poluição Atmosférica Regional Guandong-Hong Kong-Macau», promovendo a melhoria da qualidade do ar em conjunto com outras cidades. Demos início à fase experimental do tratamento de veículos abatidos de Macau em Guangdong, estando previsto para o próximo ano o alargamento desta operação.

Continuámos a promover a sensibilização para a importância da transmissão de culturas. Prosseguimos os trabalhos de divulgação cultural e da educação artística. Continuámos a reforçar e a diversificar constantemente as instalações culturais e a enriquecer o quotidiano dos residentes, em termos culturais. As obras de construção de várias instalações culturais, nomeadamente da Casa Memorial de Xian Xing Hai e a Biblioteca de Seac Pai Van, foram concluídas gradualmente. Construir-se-á a Base de intercâmbio e cooperação no âmbito cultural, no sentido de promover o intercâmbio cultural entre a China e os países lusófonos, reforçando o soft power cultural de Macau. Continuámos a aperfeiçoar o sistema de monitorização do património, a acelerar a elaboração do «Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau», e a salvaguardar o património cultural tangível e intangível.

Os macaenses de ascendência portuguesa e os portugueses residentes em Macau desempenham um papel importante no fomento do intercâmbio cultural entre a China e outros países. O Governo valoriza as suas culturas, costumes e hábitos, salvaguarda os seus direitos e interesses legais e apoia a sua participação no desenvolvimento da RAEM juntamente com toda a população de Macau.

3. Fomento do desenvolvimento da economia

Apesar do conflito comercial entre a China e os Estados Unidos da América ter contribuído para as incertezas da economia global, a economia geral de Macau manteve-se estável. Até ao 3.º trimestre de 2018, e durante nove trimestres consecutivos, registou-se um crescimento económico positivo. Em 2019, as vicissitudes internas e externas foram complexas, mas previu-se que a economia de Macau se mantivesse estável e positiva. O Governo manteve uma atitude prudente e optimista, tendo reforçado o sentido de vigilância e de avaliação oportuna da conjuntura.

Continuámos a promover a criação de elementos não relacionados com o jogo na indústria do jogo e a apoiar a aquisição prioritária, pelas operadoras do jogo, de bens e serviços às pequenas e médias empresas locais, estreitando assim relações de cooperação. Os trabalhos subsequentes à revisão intercalar do sector do jogo foram acompanhados, seguindo-se princípios de adequação da sua dimensão, regulamentação e gestão e crescimento saudável; foi controlado rigorosamente o número de mesas de jogo com vista à promoção do desenvolvimento ordenado do sector. Foi reforçada a fiscalização das operações dos promotores do jogo e foram realizadas auditorias específicas e promovido o aumento da competitividade global do sector.

Considerando que os prazos dos contratos de concessão de jogos terminam, respectivamente,

em 2020 e 2022, vamos intensificar os estudos, e auscultar amplamente a sociedade sobre esta matéria. Continuámos a promover a construção de hotéis económicos, de parques temáticos originais, de centros comerciais integrados, entre outras instalações, e a conclusão da renovação do Museu Temático do Grande Prémio de Macau. Continuámos a fomentar a cultura gastronómica local e a aumentar a influência de Macau enquanto «Cidade da Gastronomia», o que contribuirá para a diversificação do novo cenário de negócios de Macau. Foi promovido o turismo de Macau nos países abrangidos pela iniciativa «Uma Faixa, Uma Rota», apoiando o sector no lançamento de produtos turísticos mais adequados ao mercado e o desenvolvimento de «itinerários multi-destinos». Foi aprofundada a cooperação turística na área da Grande Baía, nomeadamente através do alargamento do espaço para as viagens em embarcações de recreio com visto individual, bem como aprofundado o debate sobre a viabilidade da criação conjunta de grupos da indústria marítima e de grupos da indústria de serviços de alta qualidade.

Continuámos a promover a indústria das convenções e exposições, com vista a atrair para Macau mais convenções e exposições de alto nível. Demos apoio às actividades do sector das convenções e exposições e foi promovido o desenvolvimento colectivo das indústrias conexas, nomeadamente a restauração e o retalho.

Continuámos a otimizar os resultados da construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, acelerando o desenvolvimento de projectos chave e a participação das indústrias. Foi promovida a nível internacional a cultura chinesa e a venda dos produtos da medicina tradicional chinesa. Foi reforçado o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas. Foi lançado o «Programa Específico de Apoio Financeiro para a Criatividade Cultural nos Bairros Comunitários», de modo que as artes criativas se possam integrar nos bairros comunitários. Continuámos a desenvolver o sector financeiro com características próprias, a incentivar as instituições financeiras para a realização de actividades de locação financeira e a atrair mais sociedades de locação financeira de qualidade internacional a estabelecerem agências em Macau. Foi estudada a possibilidade de elaborar um regime jurídico da fidúcia, de modo a que Macau possa servir de «Plataforma de prestação de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa» e como «Centro para a regularização das transacções em RMB entre a China e os Países de Língua Portuguesa».

Vamos aproveitar as vantagens e singularidades do posicionamento de Macau, tais como o seu espaço marítimo e terrestre, e as políticas definidas para impulsionar as indústrias marítimas. Continuamos a apoiar as iniciativas associadas ao turismo marítimo e desportos aquáticos, bem como a explorar oportunidades de cooperação regional no que se refere às viagens marítimas. Vamos criar um sistema de turismo marítimo, cultural e ecológico, de modo a promover um espaço de lazer para os residentes e um espaço de experiências aquáticas e de diversão para os visitantes.

As PME são uma força que incentivam a diversificação adequada da economia. Foi prosseguido o aperfeiçoamento das medidas de apoio, financeiras e administrativas, da simplificação de formalidades da concessão de licenças, bem como do ambiente de negócios para facilitar a sua exploração; foi acelerada a criação de um regime de seguros de crédito à exportação; continuámos a apoiar o desenvolvimento das PME e o fluxo de recursos humanos de forma mais

incisiva. Continuámos a promover o desenvolvimento integrado das indústrias tradicionais e das indústrias culturais e criativas de Macau e a reforçar o apoio à marca de produtos «Fabricado em Macau». Fomentámos os «Planos de apoio às lojas antigas com características específicas de Macau» para que aumentem a sua competitividade no mercado e o valor da sua marca. Foi divulgada a utilização das novas tecnologias no sentido de incentivar a exploração do mercado do Interior da China através do modelo de comércio electrónico transfronteiriço e apoiar as associações comerciais para criarem o seu espaço nas plataformas electrónicas de renome do Interior da China. Foram exploradas as oportunidades de negócios regionais para os produtos de qualidade de Macau. Foram envidados esforços para que as empresas de qualidade da Grande Baía se estabeleçam em Macau e cooperem com as PME locais. Foi estudada a criação da «Plataforma de inovação e empreendedorismo destinada às mulheres» como forma de incentivo à participação das mulheres na construção da Grande Baía.

Foi persistido o princípio de que os trabalhadores não residentes apenas podem colmatar a insuficiência de recursos humanos locais, garantindo o acesso prioritário dos residentes ao emprego, através do fornecimento de mais oportunidades de progressão na carreira e de desenvolvimento profissional. Foi reforçada a criação de regimes jurídicos destinados a proteger os direitos dos trabalhadores. Continuámos a acompanhar a alteração de sete pontos prioritários da «Lei das relações de trabalho», designadamente a licença de maternidade, a licença de paternidade remunerada, a sobreposição dos dias de descanso semanal com os feriados obrigatórios e compensação dos feriados obrigatórios. Iremos elaborar a proposta de «Lei das relações de trabalho do regime de trabalho a tempo parcial» e a proposta do «Salário mínimo» e acompanhar os trabalhos legislativos da proposta de «Lei da actividade de agências de emprego». Foi concretizado plenamente o regime da segurança e saúde ocupacional em prol da criação de um ambiente seguro de trabalho para os trabalhadores.

Foram envidados esforços para concretizar as estratégias da cooperação regional e da plataforma económica. Sob o princípio de «atender às necessidades do País e potenciar as vantagens próprias de Macau», foram aproveitadas as vantagens e características de Macau para reforçar a capacidade global. Participámos activamente no desenvolvimento da iniciativa «Uma Faixa, Uma Rota». Assentes na prossecução do livre fluxo do comércio, da integração financeira e do entendimento entre os povos, continuámos a coordenar políticas e medidas, e utilizaremos conjuntamente os recursos das partes envolvidas e a complementaridade das suas vantagens, tudo em prol do desenvolvimento comum. Continuámos a promover a construção da Grande Baía de forma pragmática, mediante o reforço do intercâmbio, da articulação, do comércio e do desenvolvimento conjunto entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Participámos activamente na construção das zonas-piloto de comércio livre de Hengqin em Zhuhai e Nansha em Guangzhou, aprofundando a cooperação nas áreas relacionadas com a vida da população para criar condições favoráveis aos residentes que decidam residir, trabalhar, estabelecer negócios, estudar e viver a aposentação no Interior da China.

Iremos acelerar as interligações das infra-estruturas transfronteiriças, promover a construção do novo acesso entre Guangdong e Macau - Novo Posto Fronteiriço e transferir o Posto Fronteiriço do Cotai para Hengqin; Foi aplicado o novo modelo de «Inspeção Fronteira

Integral» na passagem por Macau da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, que futuramente se aplicará também noutros novos postos; estudaremos o método de pagamento do bilhete intercidades; devido à nossa participação na Grande Baía, realizaremos estudos conjuntos com as cidades abrangidas pela Grande Baía para promover a possibilidade de integração de Macau no plano ferroviário de alta velocidade na margem oeste do Delta do Rio das Pérolas, acelerando, deste modo, a integração de Macau no sistema ferroviário de alta velocidade nacional.

Continuámos a coordenar a cooperação regional com diversas províncias e regiões do Interior da China, designadamente Pequim-Tianjin-Hebei, a faixa económica do Rio Yangtzé e a região do Pan-Delta do Rio das Pérolas; prosseguimos com a «Parceria de Cooperação Pequim-Macau»; foi lançada em conjunto com Shanghai uma série de iniciativas no âmbito do «Ano Temático de Cooperação entre Xangai e Macau»; neste momento está em construção o «Parque de Cooperação Jiangsu-Macau»; continuámos conjuntamente com Guizhou a prestar apoio às camadas mais vulneráveis através da rede de cooperação Pan-Delta do Rio das Pérolas; continuámos a aprofundar a cooperação com as províncias e regiões irmãs, como Fujian, Sichuan, Hainan e Guangxi, para explorarmos em conjunto o mercado dos países de língua portuguesa, dos países europeus e do sudeste asiático. Iremos estudar a possibilidade de intercâmbio e cooperação com Jilin na área da medicina tradicional chinesa. Foram, também, potenciadas as funções da Delegação Económica e Cultural de Macau em Taiwan.

4. Empenho na boa governação da sociedade

A boa governação da sociedade é uma condição sine qua non para a concretização do princípio da governação centrada na população. O Governo, de acordo com as linhas de acção governativa, continuou a realizar os trabalhos de reforma. Demos continuidade aos trabalhos de reorganização, nomeadamente nas áreas da economia e finanças, segurança, assuntos sociais e cultura; foram otimizados os trabalhos referentes ao sistema dos órgãos consultivos, designadamente a conclusão da reorganização dos órgãos consultivos do turismo, do património cultural e da protecção dos direitos e interesses dos consumidores.

O Instituto para os Assuntos Municipais entrou oficialmente em funcionamento, e foram reforçados os serviços comunitários e a interacção com os residentes, de modo a ouvir amplamente as opiniões e sugestões dos residentes. Foi promovida a cooperação interdepartamental, de modo a resolver oportunamente as questões interdepartamentais, no sentido de elevar a qualidade dos serviços prestados. Prevê-se que o Centro de Prestação de Serviços ao Público das Ilhas poderá prestar cerca de 310 serviços.

Os trabalhadores da administração pública são a riqueza do Governo. Continuámos a aperfeiçoar o regime da gestão e formação dos trabalhadores dos serviços públicos, designadamente através da optimização das medidas relacionadas com os interesses e regalias dos trabalhadores e com o apoio psicológico. Simultaneamente, acompanhámos a revisão do «Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos», realizámos a segunda fase da revisão do «Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau», bem como a alteração ordenada do regime de avaliação do desempenho e a optimização do regime de

acesso. Promovemos a concretização do mecanismo de responsabilização dos dirigentes públicos e reforçámos a gestão de avaliação do desempenho do Governo. Realizámos um estudo sobre a possibilidade do intercâmbio de aprendizagem entre os trabalhadores da função pública das cidades da Grande Baía, no sentido de promover uma melhor integração no desenvolvimento do Estado. Após auscultar as opiniões da Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública e das associações dos trabalhadores da função pública, o valor do multiplicador indiciário da tabela salarial dos trabalhadores da função pública foi atualizado para 88 patacas.

Continuámos a aperfeiçoar os mecanismos de comunicação para que os cidadãos possam participar eficazmente na sociedade, bem como a incentivar os jovens e profissionais a aderirem aos organismos consultivos. Empenhámos, nos termos da lei, na salvaguarda das liberdades de imprensa, de edição e de expressão.

Empenhámos na divulgação da Constituição da República Popular da China e da Lei Básica de Macau para que os cidadãos conheçam a primeira e aprofundem os conhecimentos da segunda. Cumprimos escrupulosamente a «Lei eleitoral para o Chefe do Executivo», garantindo uma eleição justa, imparcial e íntegra para Chefe do Executivo, em 2019.

Foi elevada a eficiência da produção legislativa. Promovemos a concretização de alterações importantes ao «Código Penal», ao «Código de Processo Civil», ao «Regime de Condicionamento Administrativo», bem como elaborámos diplomas legais relativos à protecção do segredo de Estado.

Reforçámos a cooperação a nível internacional e inter-regional na área jurídica e promovemos negociações bilaterais com os países do sudeste asiático e com os países de língua portuguesa, no que se refere à cooperação judiciária, concretamente aos acordos de Cooperação Judiciária em Matéria Penal. Acompanhando o desenvolvimento da Grande Baía, empenhámos na promoção da cooperação entre as três partes nos âmbitos dos serviços jurídicos e da cooperação judiciária. Continuámos empenhados no melhoramento das infra-estruturas dos órgãos judiciários e na optimização do mecanismo de formação dos funcionários de justiça.

O Governo dá o maior valor ao culto da integridade. Temos envidado esforços para o aperfeiçoamento contínuo de um regime pautado pela integridade e anti-corrupção, salvaguardando os direitos e interesses legais dos cidadãos. O Comissariado da Auditoria manteve-se firme na prossecução dos princípios da independência na execução das acções de auditoria e no aproveitamento pleno das novas tecnologias para elevar a eficácia da auditoria e intensificar as auditorias concomitantes.

Conclusão

A sociedade está em contínuo processo de evolução e inovação. Estamos plenamente conscientes de que só com uma maior dedicação e empenho é que conseguiremos criar um futuro mais próspero. Não devemos esquecer jamais as nossas convicções originais. Iremos disseminar o valor basilar de «amor à Pátria e a Macau», reforçar o sentido de responsabilidade e o sentido

de missão perante a Pátria. Continuaremos a fortalecer o nosso pensamento estratégico, a formar um conceito da conjuntura global e a assegurar a aplicação estável das políticas de «um país, dois sistemas», «Macau governado pelas suas gentes» com alto grau de autonomia. Ao integrarmo-nos na senda do desenvolvimento nacional, devemos maximizar as nossas vantagens peculiares e as nossas características próprias, descobrir potencialidades de cooperação, inovar os modelos de colaboração e criar novas oportunidades de cooperação regional.

Desenvolver a economia e melhorar as condições de vida da população são a tendência geral e as aspirações dos cidadãos. Nesse sentido, devemos fortalecer a nossa confiança, seguir o pensamento delineado, reunir consensos e formar uma força conjunta. Iremos, em conjugação de esforços com os diferentes sectores da sociedade, criar um espaço mais vasto para o crescimento e o desenvolvimento dos jovens. Iremos aumentar o bem-estar da população e acelerar o progresso da economia e o desenvolvimento civilizacional da RAEM, no sentido de alcançar o desenvolvimento equilibrado da economia e da sociedade. Iremos desenvolver com determinação e eficácia toda a nossa acção governativa dedicando maiores êxitos à nossa Pátria.

O CHEFE DO EXECUTIVO DA RAEM

